

Militares temem ingovernabilidade

Políticos farão campanha e a legislação ficará em segundo plano

Os militares acham que o Brasil se tornará ingovernável no próximo ano com a aprovação, pelo plenário da Constituinte, do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Segundo o ministro da Aeronáutica, Octávio Júlio Moreira Lima, "no próximo ano os membros do Congresso Nacional estarão preocupados em fazer campanha".

Isto tornará o País ingovernável — disse. "A tarefa do Congresso Nacional não se encerrará com a nova Constituição. E preciso lembrar que toda a legislação ordinária deverá ser mudada para se adequar ao novo texto constitucional. Se os parlamentares estiverem em campanha, como isto será feito?".

Moreira Lima lembrou que "toda a Consolidação das Leis do Trabalho será mudada".

— São novas regras do jogo, e sem elas nada se fará. Nós achamos que o mandato de cinco anos fecharia com perfeição o ciclo de transição. O sucessor receberia não só uma nova Constituição como toda uma nova carga de ordinárias que regulamentariam a aplicação das normas constitucionais. Com quatro anos, a campanha presidencial começa já e dificilmente se conseguirá quorum para se aprovar a legislação ordinária para se aplicar as diretrizes da Constituição.

Competência é da Assembléia, diz Leônidas

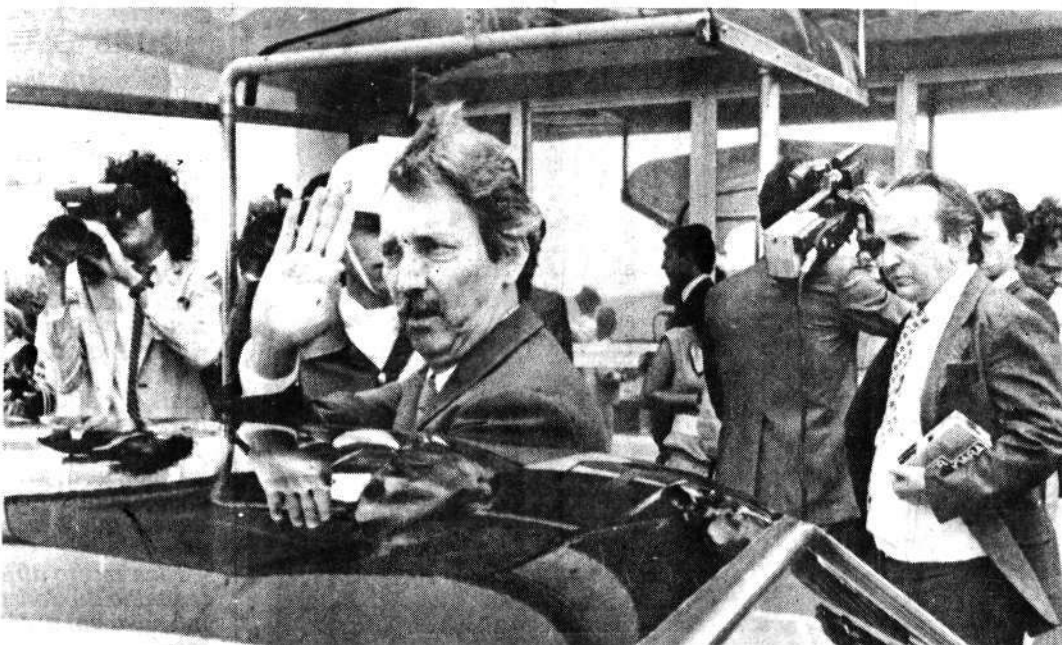
O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, se recusou a fazer qualquer comentário sobre a redução do mandato do presidente José Sarney. O ministro, através do chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Olavo Guimarães, avisou que o assunto é de competência exclusiva da Assembléia Nacional Constituinte. Segundo Guimarães as preocupações do ministro, no momento, estão voltadas, somente, para a modernização do Exército.

O nome do ministro já apareceu em algumas listas de presidenciais. Ele, no entanto, tem declarado que não tem pretensões políticas e que suceder o presidente Sarney não é um projeto pessoal seu. A amigos íntimos o ministro confessa que quando terminar seu mandato pretende apenas descansar.

CASSAÇÃO

Foi praticamente uma cassação de um período de governo de um Presidente da República. "Isso só poderia ser feito se fosse cortado o mandato de todos os eleitos que hoje exercem cargos, como deputados federais, senadores e governadores, partindo para uma eleição geral no Brasil em 1988". A declaração é do ministro da Saúde, Borges da Silveira.

JULIO ALCANTARA



Prisco crê que, com a corrida presidencial, o Brasil dará adeus ao parlamentarismo

Prisco diz que sucessão sepulta parlamentarismo

O ministro da Habitação Urbano e Meio Ambiente, Prisco Viana, disse ontem que a "corrida" pré-eleitoral dos candidatos à Presidência da República vai pôr água abaixo a implantação do parlamentarismo no País. Conforme o ministro a definição por um sistema presidencialista de governo será o resultado dos interesses pessoais dos diversos candidatos e também da vontade do povo.

Prisco Viana avalia que esta corrida à Presidência vai influenciar também a decisão do plenário da Constituinte sobre o mandato do presidente José Sarney. Cauteloso, o ministro da Habitação, amigo íntimo de

Sarney, não quis revelar a estratégia do grupo ligado ao Presidente para reverter, no plenário, o que ele chamou de "recomendação da Comissão de Sistematização" isto é, o mandato de quatro anos.

— O ministro Prisco Viana e o senador José Richa do PMDB do Paraná, discutiram asperamente ontem, nos estúdios da Rede Globo-Brasília, depois do programa "Bom Dia Brasil": Ambos participaram do programa, comentando a aprovação da emenda das eleições 88.

No final Richa interpelou o ministro da Habitação, por não ter gostado dos comentários irô-

nicos sobre o parlamentarismo. Prisco Viana disse que o parlamentarismo dá a impressão que resolveria tudo, até mesmo a crise no futebol brasileiro.

"Acho bom você não repetir isso porque sabe que a história não foi assim. O Presidente aceitaria a negociação, com a adoção do parlamentarismo após seu governo. Mas exigiu declaração por escrito, com a garantia de 47 assinaturas — maioria absoluta da Comissão de Sistematização", disse Richa.

A discussão, embora áspera, foi em termos elevados e sem troca de ofensas.

Geisel se cala temendo má digestão

Rio — Com uma frase curta, que demonstrou o seu estado de espírito em relação à situação política enfrentada pelo presidente Sarney, no momento, o ex-presidente Ernesto Geisel evitou falar sobre a decisão da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte que reduziu, no domingo, o mandato de seis para quatro anos, determinando eleições presidenciais para 15 de novembro do próximo ano:

— Vocês querem estragar a minha digestão, não?

Diante da insistência dos repórteres, que não ficaram satisfeitos com a resposta, o general Ernesto Geisel, atualmente na presidência da Norquisa, foi se afastando da mesa em direção ao elevador, cercado por empresários, e balançando em si-

nal de negativa, o dedo indicador da mão direita. O ex-presidente foi um dos mais de 500 comensais que participaram ontem na Associação Comercial do Rio, da homenagem promovida pela Federação das Indústrias e Associação Comercial ao ex-governador Faria Lima, que completou 70 anos de idade.

Na mesa principal também estavam os ex-ministros Armando Falcão, Maximiano da Fonseca, Euclides Quant de Oliveira, o ex-senador Amaral Peixoto e o presidente da Fiesp, Mário Amato. Armando Falcão disse que houve falta de liderança do Governo na Constituinte para impedir a redução do mandato de Sarney e que, em razão disso, não existe nenhuma possibilidade de golpe militar.

Os militares são os únicos que não desejam um golpe — declarou Armando Falcão. O ex-senador Amaral Peixoto não acredita em golpe, mas teme uma agitação muito grande no País devido a proximidade das eleições presidenciais marcadas para o próximo ano. Para o ex-ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, não se fala em golpe mas ele acredita que a situação é muito complexa com a marcação das eleições para 15 de novembro de 1988, porque ainda falta regular a legislação ordinária.

No Palácio Guanabara, o governador Moreira Franco fugiu literalmente da pergunta sobre a redução do mandato do presidente Sarney, durante a entrevista que concedeu para falar da proibição de depósito de lixo atômico no Estado do Rio.

Collor diz que redução não representa ameaça

MARCOS HENRIQUE

O governador de Alagoas, Fernando Collor, disse ontem que a decisão da Comissão de Sistematização fixando em quatro anos o mandato do presidente José Sarney, não representa nenhuma ameaça à estabilidade da nação, mas "deve ser recebida como a afirmação da estabilidade política do País, bem como de sua legitimidade e de sua soberania". Collor, que sempre defendeu o mandato de quatro anos, lembrou que "não há poder mais legítimo neste instante, no Brasil, do que a Assembléia Nacional Constituinte".

O governador alagoano descartou a possibilidade de o governo conseguir obter no plenário a revisão da medida aprovada domingo pela Comissão de Sistematização. Collor acha que agora a campanha presidencial vai ser "deflagrada de vez" e garantiu que "o povo amanheceu mais confiante, contente, motivado a participar".

O sr. acha que a decisão da Comissão de Sistematização ameaça a estabilidade política do País, como sugeriu o Planalto?

Muito pelo contrário, a decisão da Comissão de Sistematização deve ser recebida como a afirmação da estabilidade política do País, bem como de sua legitimidade e de sua soberania. E preciso que se lembre, a cada instante, que não há poder mais legítimo neste instante, no Brasil, do que a Assembléia Nacional Constituinte. Sem o convencimento dessa premissa, não há saída para coisa alguma. Os quatro anos de mandato para o Presidente da República são uma exigência do povo brasileiro e o cumprimento de um compromisso histórico, não apenas do presidente Tancredo Neves, que reiterou inúmeras vezes ser esse o tamanho de mandato na transição, como do próprio presidente José Sarney.

Mas a reunião dos ministros militares com o presidente José Sarney, após a decisão pelos quatro anos, não seria um indicativo de que se teme essa instabilidade?

— Foi uma reunião importante, como certamente também foram relevantes as reuniões anteriores, com ministros civis e com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e os encontros que a direita, a esquerda, o centro, empresários, trabalhadores e estudantes certamente promoveram, sobretudo em Brasília, nesta última semana. É bom reunir. O que é instável, no Brasil, é seu próprio governo, que tem uma dificuldade conhecida de adotar posições, de tomar decisões importantes. Quer dizer: a instabilidade política do governo não deve ser confundida com a instabilidade política da nação — esta, apesar de plexa e indignada com os rumos do País e a alta taxa de ingovernabilidade que acomete o Planalto, está ansiosa por partici-



Collor, na Constituinte

par e mudar essa situação. Por que o sr. acha tão importante reduzir o mandato do presidente José Sarney?

— Esse é um dos inúmeros erros de avaliação que o Palácio do Planalto comete. Minha luta, que é a luta de vários setores políticos do País, não é contra o cidadão José Sarney. Ligamos, inclusive, laços de conhecimento que remonta ao período em que meu pai, o senador Arnon de Mello, era seu companheiro de bancada, no Congresso. A luta não é pessoal, mas política. O povo está apático, cético, não acredita mais em nada e este País não pode ter esperança de salvação sem que seu povo acredite nisso, firmemente, e participe com patriotismo desse esforço de reconstrução. Isso somente pode ser obtido através de mais ampla participação popular numa eleição direta para Presidente da República. Ademais, eu por exemplo tenho 38 anos de idade e nunca votei para Presidente. É compreensível que o povo brasileiro, majoritariamente jovem e portanto sem ainda ter votado para Presidente, coloque essa conquista até como condição para voltar a acreditar nos políticos e mesmo no futuro do País.

O sr. acha que o Brasil aguenta uma eleição desse porte?

— O que o Brasil não aguenta é ficar muito tempo ainda sem votar. Isso é que não pode acontecer. E a Comissão de Sistematização patrioticamente, decidiu em sintonia com as aspirações do nosso povo.

Mas o governo, através de dois ministros — Prisco Viana e Ronaldo Costa Couto, — afirma que venceu a proposta de quatro anos exatamente porque o presidente Sarney não transacionou com os constituintes.

— Não creio que os ministros tenham avaliado esse tipo de colocação, que não apenas agride a dignidade da Constituinte, mas sobretudo tenta mascarar uma verdade, porque aconteceu exatamente o contrário: os constituintes, segundo os jornais noticiam fartamente sem desmentidos, resistem às investidas do Planalto, que faz ace-

nos fisiológicos em troca de votos. Todos sabem que têm sido oferecidos favores e empregos, à farta, para que os constituintes mudem de posição. Quando, na mesma declaração, o governo anuncia que doravante vai "trabalhar com os amigos do Presidente e não mais com os partidos", isso encerra uma confissão.

De culpa? — Claro, o governo é fisiológico e já faz contra Alagoas há meses o que agora promete fazer contra os governos que felizmente passaram a apoiar a proposta de quatro anos. Ao mesmo tempo, promete encher de empregos e de favores aqueles que o apóiam. Isso é corrupção, não há outra expressão mais adequada ou mais amena.

O sr. acha que a posição dos governadores Waldir Pires e Miguel Arraes foi decisiva para reverter o quadro que era favorável aos cinco anos?

— Sem dúvida, eles ajudaram a reverter o quadro, mas isso não surpreendeu a mim nem a ninguém no País. Os governadores Waldir Pires e Miguel Arraes são homens honrados, com um passado de lutas notável e absolutamente incompatíveis com esse governo que infelicitou o nosso povo. Mas é necessário destacar também a posição dos outros governadores, que se reuniram recentemente no Rio de Janeiro e de lá, saíram afirmando que mais importante do que aprovar cinco anos era respeitar a soberania e a legitimidade da Constituinte.

Quais são as principais consequências dessa opção pelos quatro anos, na Comissão de Sistematização?

Acho que agora vai ser deflagrada de vez a campanha presidencial. Claro, agora a possibilidade de o Brasil reconquistar o direito de eleger o próprio Presidente, em 1988, é efetivamente objetiva, concreta. O povo amanheceu segunda-feira mais confiante, contente, motivado a participar.

O sr. não acha que o governo poderá fazer valer os cinco anos no plenário?

— Não acredito nessa hipótese, porque quanto maior o colégio menor é a possibilidade de a proposta de cinco anos ser majoritária. Se o governo não conseguiu aprovar sua pretensão na Comissão de Sistematização, apesar das pressões, das ameaças que fez, tudo isso ficará muito mais difícil num plenário de mais de 500 constituintes.

Com a campanha nas ruas, o sr. vai subir em que palanque?

— Estarei ao lado daqueles que lutarão, como estão lutando, para que o meu partido reencontre suas bases, seus compromissos programáticos, suas bandeiras de luta. O PMDB viabilizou o fim do autoritarismo e não teve condições de até agora, de implantar as mudanças, a nível federal. O povo espera por essas transformações há exatamente dois anos e oito meses, e até agora nada.